



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO VI - Nº 94 - 1ª QUINZENA DE AGOSTO DE 1995 - SOLIDÁRIO: R\$ 1,00 - NORMAL: R\$ 0,50

**O governo quer impor sua reforma fiscal
para poder pagar os parasitas
que especulam com as dívidas
interna e externa**

**Lutemos contra o corte de verbas
para a saúde e educação**

**Defendamos a previdência e a
aposentadoria**

**Nenhum imposto aos assalariados
Que só os capitalistas paguem**

**Não aceitemos o congelamento
de salários e as demissões**

**Combatamos o plano neoliberal
com as greves e a luta nas ruas**

**Que a CUT aprove em suas
plenárias a luta antiimperialista
para por abaixo o Plano de Fome**

A crise financeira da União e as reformas neoliberais

O governo afirma que sem a reforma tributária e fiscal não é possível alcançar a estabilidade econômica iniciada com a implantação do Real. Isso porque a arrecadação de impostos é a base de constituição do orçamento da União, estados e municípios. Embora os dados tenham mostrado que a arrecadação tem crescido, considera-se insuficiente para o equilíbrio orçamentário. Diz respeito à existência do déficit público, que é a diferença entre o que se arrecada e o que se gasta.

Segundo as exigências do Fundo Monetário Internacional (FMI), é parte do receituário aumentar impostos e cortar gastos. Esse último significa reduzir os investimentos estatais na produção, demitir funcionários, arrochar salários, cortar verbas para os serviços sociais (saúde e educação), acabar com a aposentadoria e previdência públicas etc. Tais medidas de contenção atingem a economia como um todo e, particularmente, esmaga a vida dos trabalhadores.

O aumento de impostos tem efeito semelhante. A razão está em que recai fatalmente sobre os assalariados. Diz o governo que frente à crise financeira da federação, responsável por desequilíbrios na base econômica, não há outra saída senão tal violência. Constantemente, os governos burgueses afirmam que a causa das dificuldades do Tesouro está no desperdício com o funcionalismo público, com gastos sociais que poderiam ser transferidos para a iniciativa privada e, inclusive, com a dívida dos estados e municípios com a União.

Para se sanar esses males, o Plano FHC pressupõe a reforma administrativa, que inclui a quebra da estabilidade do funcionalismo e a proibição de greves nos serviços considerados essenciais. Por outro lado, a reforma fiscal reduziria a autonomia relativa dos estados e municípios conferida na Constituição de 1988. Afirma-se que a Constituinte de 87-88 provocou uma distorção ao aumentar a capacidade de arrecadação dos estados e municípios e transferência federal de recursos sem que se passasse para eles gastos com os serviços sociais. Aí estaria também uma outra fonte responsável pela falência financeira do país.

A reforma fiscal viria corrigir tal anomalia eliminando os dispositivos constitucionais de 88, restabelecendo maior centralização do orçamento na União e realizando a denominada "descentraliza-

ção", que quer dizer estadualização e municipalização dos serviços públicos.

Está claro que tais medidas atingem em cheio a capacidade dos estados e municípios, já bastante aruinados pela crise geral do sistema capitalista, basta ver a queda dos investimentos estaduais e municipais. O problema não pára por aí. O governo de FHC amplamente influenciado pela burguesia paulista, a fração mais poderosa da burguesia nacional, pretende impor controle à margem de liberdade dos estados e municípios fixarem incentivos fiscais destinados a atrair investimentos.

Por detrás disso está o recuo do poder industrial do estado de São Paulo, que no passado recente chegou a deter mais de 50% do produto industrial do país. Trata-se da propagandeada "guerra fiscal". Finalmente, em torno da reforma se dá a luta interburguesa quanto à distribuição dos recursos orçamentários para os estados e grupos econômicos específicos (exportadores etc).

Eis porque FHC diz que se trata da parte mais complexa de seu Plano. Reconhece o perigoso conflito aberto entre a União e os estados e entre estados e estados. Conflito que apenas reflete a divisão interburguesa no país semicolonial, marcado pelos profundos desequilíbrios regionais. Esse quadro traz à tona velhos problemas democráticos da unidade nacional incabada, devido ao desenvolvimento do capitalismo atrasado, subordinado ao imperialismo e sujeito a constante saque.

Não é por acaso que toda burguesia se cala frente ao problema central da falência do Estado. Referimo-nos à subordinação do orçamento da União aos banqueiros internacionais e seus sócios menores nacionais. É totalmente falso o diagnóstico de que rombo financeiro se deve ao excedente de funcionalismo, gastos com a educação, saúde, empresas estatais, aposentadoria etc.

Tomemos um dado do próprio governo, publicado no Estado de São Paulo de 9/7. Diz que a União gastou nesses seis meses de governo FHC 127,7 bilhões, sendo que somente com juros, encargos e amortização das dívidas interna e externa foram 50 bilhões. Em um ano são acrescidos na dívida externa 20 bilhões de dólares. As dívidas interna e externa somam a fábula de 260 bilhões de dólares. Essa é a principal fonte de sangria do Tesouro, que, acrescida dos monumentais subsídios ao capital multinacional e grande capital nacional, corrupção e esbanjamento, responde pela falência estatal.

Como vemos, a propaganda neoliberal sobre a necessidade do equilíbrio financeiro, da reforma fiscal, administrativa e da ordem econômica (privatizações) advém do compromisso da União de sustentar o parasitismo dos banqueiros e multinacionais.

A necessidade de manter essa situação calamitosa tem aberto as feridas do capitalismo atrasado e subordinado ao imperialismo. Temos de dizer claramente que a reforma fiscal e tributária é mais uma peça da opressão nacional exercida pelo imperialismo e da opressão social sobre a maioria oprimida.



A crise interburguesa

Para levar adiante a reforma neoliberal, FHC usou da tática de aprovação isolada de parte por parte do Plano. Cogitou em começar pela reforma tributária, mas logo verificou que aprofundaria a divisão interburguesa, perigosa para o restante das medidas. Decidiu, finalmente, pelas privatizações, obtendo êxito na tarefa de unir as frações burguesas no Congresso.

A reforma constitucional que quebrou o monopólio da Petrobrás, Eletrobrás e Telebrás consagrou uma primeira vitória da reação pró-imperialista. O conflito no seio do governo e da burguesia agora se transferiu para o ritmo, a forma e o valor das privatizações. A concretização do entreguismo abrirá um novo capítulo de atrito na classe dominante. É possível que a unidade alcançada na votação da quebra do monopólio estatal dê lugar a choques tão profundos quanto os derivados da reforma fiscal. Isso porque as medidas econômicas de opressão nacional, principalmente nas condições de crise, desintegra parte da burguesia interna e atinge seus interesses.

Como mostramos, a reforma fiscal é tão-somente uma das peças do plano neoliberal, destinada a alimentar o parasitismo do capital financeiro internacional. Ao se tentar manter e aprofundar a sangria no país atrasado, a burguesia faz projetar na arena política os grandes problemas do capitalismo atrasado, que não pôde resolver integralmente o desenvolvimento industrial, o mercado interno, a unidade nacional e a independência da nação frente às potências mundiais.

A alquimia neoliberal põe em marcha as contradições estruturais da semicolônia, condicionada rigidamente pela lei capitalista do desenvolvimento desigual e combinado, que conforma a unidade contraditória das formas mais avançadas do capitalismo com as mais atrasadas (pré-capitalistas). A tentativa de se fazer um reordenamento de grande magnitude de relações econômico-financeiras, que atinge inclusive o chamado "pacto federativo", advindo da revolução de 1930 e readaptado a partir de

1955, e conseqüentemente das forças burguesas internas, o Plano neoliberal põe em movimento um confronto burguês de grandes dimensões.

Na verdade, as medidas pró-imperialistas e de fortalecimento de um setor monopolista nacional apenas alimentam as contradições subterrâneas do país semicolonial. O atrito inter-estados na "guerra fiscal" tem sido travado nos bastidores. Com as reformas, é lançado à luz do dia. De fato, a dissensão entre regiões atrasadas (Nordeste/Norte) e as adiantadas (Sudeste/Sul) é histórica.

O equilíbrio do Estado burguês, responsável pela coesão nacional, se dá sob a precária relação inter-estadual, que tem por base a desigualdade no desenvolvimento produtivo e na distribuição de riquezas. A tentativa do governo de unificar o ICMS, IPI e ISS sofre resistência ao atingir os mais variados interesses estaduais, que vão desde a liberdade de fixar a alíquota do ICMS até a definição de quem recolhe o imposto e quem fica com a maior parte.

A divergência não está se se deve recair inteiramente sobre o consumo, uma vez que as massas é que pagarão a fatura. O governo e setores da burguesia sabem do risco que constitui, de um lado, a "guerra fiscal", de outro, a necessidade de remanejar o orçamento em função das pressões do imperialismo. Não está fora desse conflito o capital estrangeiro representado pelas multinacionais e que controla os ramos fundamentais da produção e distribuição. Estes exigem maiores privilégios em função da concorrência mundial, como é o caso do setor exportador e importador.

Nacional



Os conflitos regionais

Embora a reforma fiscal englobe conflitos mais variados, na sua base está o problema dos desequilíbrios regionais. Três alinhamentos têm se configurado: 1) Os estados produtores de petróleo e energia (Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Norte e Paraná); 2) Os estados do Nordeste; 3) O Estado de São Paulo. O Rio Grande do Sul se encontra num processo de definição. Sem dúvida, tal alinhamento não se dá de maneira uniforme. O que tem transparecido é a ofensiva da maioria dos estados em relação a São Paulo para atrair capitais e realizar a sonhada descentralização industrial.

A reunião realizada no Rio de Janeiro sem a presença do governador paulista reflete a tentativa de criação de pólos de força na disputa da reforma tributária. Os produtores de petróleo e energia reivindicam o fim da isenção do ICMS que favorece os estados consumidores de tais matérias primas. Por outro lado, os estados consumidores de mercadorias industrializadas, principalmente o Nordeste, reclamam de ser exportadores de capitais através do imposto de circulação de mercadorias.

Nesse aspecto, estão em confronto as regiões atrasadas, que consomem os produtos industrializados e as adiantadas, que em grande parte consome apenas matérias-primas das atrasadas. Em função desse conflito, os governos nordestinos reivindicam maiores favorecimentos fiscais para a região. Porém, a burguesia paulista em sentido contrário pretende maior concentração de rique-

zas às custas das frações mais débeis dos demais estados.

Com os dados em mãos, os representantes da fração burguesa nordestina mostram que 44% dos incentivos vão para o sudeste, a região Norte, devido à Zona Franca, constituída de multinacionais, fica com 33% e o Nordeste com os minguados 11%. Alguns setores do grande capital do Sudeste vêm questionando as facilidades recebidas pelo Norte, exigindo redução dos subsídios à Zona Franca. Em resposta, os estados dessa região afirmam que seria a falência dessa área pouco desenvolvida.

Tudo indica que o governo não tem solução apaziguadora para confrontos que são de ordem histórica. Isso porque implicaria desenvolver em grande magnitude as forças produtivas internas, de forma a reduzir drasticamente os desequilíbrios regionais, industrializando as regiões atrasadas e potenciando em grande escala o mercado interno. A crise capitalista e a conseqüente política neoliberal vêm no sentido contrário. Ou seja, no sentido de destruição de forças produtivas e de imposições catastróficas aos setores mais débeis da economia nacional.

Construir a Frente Revolucionária Antiimperialista para derrotar o neoliberalismo

O proletariado e demais oprimidos carregam nas costas não só o peso da superexploração do trabalho mas também da desintegração do capitalismo. Qualquer aspecto do plano neoliberal afeta diretamente os salários e os empregos. Faz parte disso a dissolução da saúde, educação e previdência públicas.

Juntamente com o aumento dos impostos sobre os assalariados, o governo traça planos para golpear até mesmo atribuições trabalhistas, como aviso prévio, décimo terceiro, um terço de férias, auxílio maternidade etc. A ofensiva da burguesia desesperada com a crise cerca as massas por todos os cantos. A consequência tem sido o crescimento vertiginoso da concentração de riqueza e alastramento da miséria por amplas camadas de assalariados e de pequenos camponeses.

Os mecanismos de exploração do trabalho chegaram ao ponto de incorporar um fabuloso contingente de crianças, que substituam milhares e milhares de adultos nos mais diversificados ramos. A mortandade e a mutilação físico-mental pela fome não é uma figura de linguagem, mas sim a mais pura realidade.

A opressão nacional, que resulta em saques, em maior controle dos ramos lucrati-

vos e inibição de ramos desinteressantes para o grande capital, também recai sobre os explorados. O governo FHC e a burguesia nacional tem se comportado como correia de transmissão da política econômica do imperialismo. Mesmo as frações mais nacionalistas do passado se tornaram pró-imperialistas ou a ele se curvaram. Por sua vez o reformismo petista e estalinista, bem como a burocracia sindical, se comportam docilmente frente à ofensiva neoliberal.

A luta antiimperialista é essencial para o proletariado se destacar como força independente e capaz de aglutinar a maioria nacional oprimida. Não é possível barrar a reforma neoliberal de FHC sem um grande levante nacional das massas. Isso implica unificá-las em torno de um programa antiimperialista e anticapitalista. A constituição de uma Frente Revolucionária Antiimperialista é o instrumento necessário para tal coesão. É uma tática de aliança de classes distintas, afetadas pela opressão nacional e social. Ou seja, uma tática de unidade entre a classe operária, camponesa e a classe média urbana arruinada. Somente o proletariado poderá levantar um programa de oposição radical ao neoliberalismo, o que lhe confere a tarefa histórica de se constituir em direção política da maioria explorada.

Através da Frente Revolucionária Antiimperialista é possível superar a fragmentação dos movimentos e o corporativismo inócuo das reivindicações particularizadas. O problema das massas não está em obter algumas migalhas dos capitalistas, mas sim derrotar a ofensiva pró-imperialista que as esmaga.

Nacional



Proposta de Programa do POR para a Frente Revolucionária Antiimperialista

Defendemos que a CUT, sindicatos e demais correntes que se reivindicam da classe operária rompam com sua subserviência ao governo FHC e se coloquem pela convocação de assembléias, formação de comitês por todo o país e plenárias de ativistas para constituir a Frente Revolucionária Antiimperialista. Que se tenha por objetivo iniciar uma grande reação das massas pela derrubada integral do Plano neoliberal, tendo por método as manifestações de rua e a perspectiva da greve geral por tempo indeterminado. Para isso, propomos para a discussão no interior do movimento operário e demais trabalhadores o seguinte programa:

1. Implantação do salário mínimo real, hoje de 900 reais. Reajustado automaticamente de acordo com a inflação. Essa medida protege milhões de operários agrícolas, operários urbanos, empregados do comércio e aposentados. É a condição mínima para não se passar fome.

2. Repor todas as perdas ocorridas com os vários Planos. Trata-se de reconquistar os valores que foram expropriados com a inflação.

3. Fim do reajuste anual e implantação da escala móvel de reajuste dos salários. Isto quer dizer que, conforme sobre a inflação, sobem automática e igualmente os salários. É a única maneira real de proteger os

trabalhadores contra as crises inflacionárias.

4. Redução da jornada de trabalho para 6 horas, como ponto de partida para se implantar a escala móvel das horas de trabalho, sem redução dos salários. A jornada de trabalho deve ser reduzida até o ponto que haja trabalho para todos. O desemprego é uma chaga do capitalismo, que mutila o trabalhador, desagrega sua família, o desmoraliza e o liquida. Nossa bandeira é: Nenhum trabalhador fora da produção. Rechaçamos a chamada "demissão voluntária".

5. Terra aos camponeses pobres. Essa tarefa só pode ser cumprida mediante a destruição do poder latifundiário. Trata-se de expropriar os latifúndios através do movimento revolucionário de ocupação das terras. A farsa reformista dos assentamentos é inaceitável. Nada de paliativo para arrefecer a luta dos camponeses.

6. Nada de acabar com a aposentadoria por tempo de serviço. Ao contrário de sua extinção, defendemos que todos se aposentem aos 30 anos (homens) e 25 (mulheres) de serviço. Principalmente, operários e camponeses são sacrificados na produção. Suas vidas são consumidas por tremendo esforço físico e más condições de existência. Também é preciso aposentar mais cedo para permitir os jovens ingressarem na produção cada vez mais fechada. Não aceitamos os argumentos capitalistas de que se quebrariam.

7. Nada de acabar com a estabilidade do funcionalismo. Muito pelo contrário, a estabilidade deve ser estendida para todos assalariados. O capitalismo está afundando e traz desemprego em massa. É preciso defender a fonte de trabalho a qualquer custo, porque está em jogo a vida dos assalariados.

8. Ensino público, laico, gratuito e autônomo em todos os níveis para todos. Estatização de todo sistema de ensino sem indenização alguma aos capitalistas e Igrejas. O mesmo se refere à saúde. Enquanto a doença for motivo de lucratividade, as indústrias químico-farmacêuticas estiverem sob o controle das multinacionais e os convênios explorarem, a maioria não poderá se socorrer da medicina.

9. Teto aos sem moradia. O desemprego e os baixos salários não têm permitido os operários terem sequer um barraco. Os altos aluguéis, por sua vez, têm deixado famílias inteiras no relento. Enquanto isso, as construtoras de apartamentos de luxo vêm concentrando mais e mais riquezas. A solução que favorece as massas é a nacionalização de todo solo, sem indenização dos capitalistas, e estatização da construção civil.

10. Nenhuma privatização, nada de desnacionalizar a economia, entregando os ramos produtivos ao capital imperialista e seus lacaios internos. A tarefa é bem outra. Trata-se de estatizar os monopólios privados, para que o

país possa fazer frente à desintegração mundial. Somente a expropriação revolucionária pelo proletariado das indústrias, bancos, terras, grande comércio torna possível colocar a economia a serviço de quem trabalha.

11. Não pagar a dívida externa e interna para os agiotes internacionais e nacionais que sugam todos os esforços produtivos. Estas dívidas prendem o Brasil semicolonial nas garras do capital financeiro, que saqueia, promove as crises e joga uma nação contra outra.

12. Lutar pela conquista do Estado através da insurreição de massa. Um programa de defesa dos explorados e de transformações históricas do capitalismo para o socialismo só tem valor se se concentrar na tarefa de implantar um governo operário e camponês, que exercerá a ditadura do proletariado contra a reação imperialista e da burguesia nacional.

Nacional



O plano vai mostrando suas tendências recessivas

Unir empregados e desempregados na luta contra a ofensiva neoliberal

O esgotamento dos recursos de poupança, o achatamento salarial, as altas taxas de juros e a abertura de mercado estão levando à recessão. Os pátios das montadoras estão lotados. Há modelos de veículos que têm estoque para três meses de produção parada. O comércio teve queda de vendas de quase 50%. As demissões no setor já reduziram o emprego para níveis abaixo daqueles de antes do plano. Lojas e supermercados estão sendo fechados. O número de falências, concordatas, inadimplências e cheques sem fundos tem batido recordes a cada semana. As filas de desempregados começam a se esticar.

A tendência recessiva não é circunstancial. O plano neoliberal leva necessariamente à recessão. Isto porque tem sua essência na abertura e entrega do mercado ao imperialismo, e na criação de condições para o estado manter o parasitismo financeiro. O que implica em destruir parte da economia nacional, fechar fábricas, comércio, privatizar e enxugar hospitais, escolas etc. Não há como o governo formular uma política que

escape a essas tendências. Se houve um crescimento econômico durante um período, esse crescimento foi artificial e momentâneo, e ainda potencializará a recessão.

A burocracia que dirige os sindicatos tem se negado a combater o desemprego. Os acordos de demissões voluntárias ajudam os capitalistas a demitirem com custos menores e sem resistência. Os operários e outros trabalhadores demitidos são abandonados pelos sindicatos, que só se preocupam com os empregados, que lhes sustentam através das contribuições assistenciais. E ainda têm formulado remendos ao plano neoliberal, procurando atenuá-lo para que a revolta das massas não se torne incontrolável.

O exército de desempregados é utilizado pelos capitalistas para reduzir os salários e a força de mobilização dos operários. Os desempregados tornam-se pelas mãos dos capitalistas em concorrentes dos empregados. O POR defende a unidade entre empregados e desempregados na luta contra a exploração capitalista e as demissões. Lutemos para dividir o

trabalho disponível entre todos, sem redução de salários, para que ninguém passe fome. Que se reduza a jornada de trabalho para 6 horas diárias, sem perdas salariais. Combatamos a superexploração que impõem os capitalistas com o arrocho salarial, reivindicando o salário mínimo real, a reposição de todas as perdas e a escala móvel de salários. Combatamos o plano neoliberal que destrói a economia nacional e aumenta a miséria em benefício dos parasitas capitalistas. Exijamos que a CUT e os sindicatos aprovelem essa linha de combate contra a burguesia e o plano pró-imperialista.

ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS
O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO PROLETARIADO

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO
NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA
CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CEARÁ - CEP 60001-970
CAIXA POSTAL Nº 2768 - CEP 59022-970 - NATAL - RN

Fortaleza, Cidade decadente

Fortaleza, com quase 2 milhões de habitantes, é a quinta capital da país, só perdendo para São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Salvador. O seu espaço, reflete a decadência da sociedade burguesa, incapaz de desenvolver as forças produtivas e de garantir melhores condições de vida aos trabalhadores.

Nas suas 415 favelas residem 600 mil pobres e miseráveis, e 64% das crianças até seis anos não vivem adequadamente. Possui a maior taxa de analfabetismo entre as grandes capitais, com 14% entre 11 e 14 anos, subindo para 16% para maiores de 15 anos. Dos 55 hospitais existentes, 27 são públicos e 38 privados. Há 86 mil famílias de indigentes, com mais de 300 mil pessoas. O déficit habitacional chega a 350 mil moradias, enquanto a prestação média de uma minúscula "casa popular" é de R\$ 112,00, inacessível para quem recebe menos de três salários mínimos, as 68.954 famílias de sem-teto.

Frente a esse quadro, a própria burguesia reconhece sua incapacidade histórica de solucionar os problemas da maioria oprimida. O prefeito Antonio

Cambráia (PMDB), "não vê solução para o problema de "inchaço" de Fortaleza, pois os recursos não aumentam na mesma proporção das migrações" (O Povo, 16/07/95). No entanto, sobra recursos para apoiar a indústria turística, as construções de praças e embelezar os bairros nobres.

Já os reformistas (PT, PCdoB, PCB) e os centristas (PSTU), buscam canalizar a revolta popular para o terreno eleitoral, através de uma "candidatura única das esquerdas". Tal proposta é uma cópia da frente popular estalinista, que diante da divisão das forças burguesas majoritárias (PMDB e PSDB) lança uma frente com setores burgueses minoritários (PDT, PSB), sobre um programa demagógico. Por isto o centro do debate gira em torno da "cabeça" da chapa e de sua amplitude eleitoral, e não sobre o programa e a luta contra a ofensiva neoliberal.

Os revolucionários utilizam a luta eleitoral (burguesa) como tribuna da luta antiimperialista e anticapitalista, subordinada à ação direta das massas. No caso de Fortaleza, qualquer intervenção nas próprias eleições passa pela construção da Frente Revolucionária Antiimperialista, único mecanismo capaz de deter a ofensiva neoliberal do governo FHC e do Congresso Nacional.

Construção Civil de Fortaleza

A degeneração do Centrismo

No dia 15 de julho, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Construção Civil da Região Metropolitana de Fortaleza, dirigido pelo PSTU, promoveu a "Grande Festa da Vitória".

Segundo "A Voz do Peão", jornal do sindicato, "Vitória" é "a palavra e a certeza que está na cabeça de cada companheiro". Isso, "pelas conquistas econômicas, que foram bastantes significativas", e pelo exemplo da luta, "o único caminho possível para derrotar os patrões e seus governos".

No entanto, eis as "conquistas econômicas" alardeadas pelos sindicalistas do PSTU e seus aliados petistas:

Salário Mínimo da Construção Civil

O piso salarial mínimo da Construção Civil da região metropolitana de Fortaleza terá os seguintes valores:

Março e Abril/95.....	R\$ 115,00
Maio e Junho/95.....	R\$ 117,00
Julho e Agosto/95.....	R\$ 120,00
a partir de setembro/95.....	R\$ 125,00

O que mostra o caráter nocivo do centrismo. Enquanto o salário Mínimo real hoje é de R\$ 900,00, a direção do sindicato chama de "vitória" a miséria de R\$ 125,00 "a partir de setembro". E o pior, não defendem a preparação de uma campanha salarial extraordinária.

O desarmamento dos operários frente aos patrões e o neoliberalismo, não é fato isolado,

que apenas ocorre na construção civil no Ceará. É típico da política eleitoralista e da estratégia do "Governo dos Trabalhadores" defendida pelo PSTU. Por isso, apoiaram Lula e sua aliança com a burguesia; capitulam diante do imperialismo na ex-Iugoslávia, e não lutam conseqüentemente contra o neoliberalismo.

Nesse quadro, é urgente a construção de uma nova direção política para o sindicato, senão a categoria continuará a ser enganada pelos provocadores de derrotas.

O sindicato da construção civil deve ser uma escola de socialismo, permitindo aos trabalhadores um mínimo de amadurecimento político através de um programa revolucionário que unifique a maioria nacional oprimida (operários, camponeses, classe média arruinada) contra o imperialismo e a burguesia nacional.

Para que isso ocorra, é necessário construir uma Fração Revolucionária na Construção Civil, que lute, entre outras coisas, por: 1) salário mínimo real de 900 reais; 2) reposição de todas as perdas salariais; 3) expropriação dos latifúndios para dar terra aos camponeses; 4) teto aos sem moradia; 5) nenhuma privatização e reestatização do que já foi privatizado; 6) não pagamento da dívida externa e interna; 7) construção da Frente Revolucionária Antiimperialista; 8) por um Governo Operário e Camponês, colocado no poder por meio da insurreição das massas.



PRO: "Novo Partido" ou Velhos Erros Políticos?

Nos dias 14, 15 e 16 de julho realizou-se em Fortaleza o I Congresso do "Novo Partido", promovido pelo ex-PRO, que se dissolveu. O PRO (Partido da Revolução Operária) nasceu de um rompimento com o extinto PRC (Partido Revolucionário Comunista), racha do estalinista PCdoB.

Após sua expulsão do PT, o PRO peregrinou por várias legendas eleitorais, como o PH (Partido Humanista), o PSB e, por último o PSTU (nas eleições passadas). Agora, com palavras de ordem (pichações) como "Fora FHC, Tasso e Cambraia", "Pelo Caminho da Revolução" e "Por uma Sociedade Alternativa", buscam estruturar um "Novo Partido".

Diante disso, os trotskistas não podem furtar se furta de dever de uma análise marxista dessa proposta. Pois, a crítica programática, sincera e científica, é a base para a construção de um partido revolucionário.

Uma Crítica Inicial

Com alguns indícios pode-se adentrar, sem leviandade, numa crítica programática ao projeto do "Novo Partido". Exemplo disso, são as declarações da ex-deputada federal Maria Luíza Fontenelle, simpatizante do ex-PRO que indicam tendências não-proletárias, emergentes dessa "nova" proposta política.

Primeiro, afasta-se da concepção marxista-leninista de partido, ao dizer que, "o partido não terá o nome que indique uma classe representativa, como Partido Operário; mas terá um nome mais amplo, como Partido da Revolução Humana ou Partido da Sociedade Alternativa" (Diário do Nordeste, 18/07/95). O que revela uma concepção de partido policlassista, totalmente estranho à independência de classe do proletariado e a sua estratégia

de tomada do poder político. Pois, é somente através do partido revolucionário que o proletariado se reconhece enquanto classe, com programa e organização bem delimitada das da burguesia e as da pequena-burguesia.

Segundo, nega a estratégia da revolução e ditadura proletárias ao defender a tese da "democracia direta" e da "revolução humana". Ambas são expressões do mito reformista de superar o capitalismo sem a revolução violenta das massas. O PRO lançou a bandeira da "democracia direta" para intervir no plebiscito de 1993, defendendo a "democratização" do Estado burguês aliando-se, num amplo movimento, com personalidades burguesas, como o jurista Paulo Bonavides.

Já a "revolução humana" e a "construção de embriões de comunidades alternativas", é um retrocesso ao socialismo utópico, que propunha a reforma do capitalismo pelo convencimento de todos, explorados e exploradores, e pelo exemplo de "comunidade alternativas", como os falanstérios de Charles Fourier (1772 - 1837).

Disso conclui-se que, apesar de contar com militantes subjetivamente revolucionários, que em diversos momentos chocaram-se contra o Estado e a burguesia, o esboço das posições programáticas do "Novo Partido", o conduz, objetivamente, ao oportunismo político e ao distanciamento dos interesses históricos da classe operária.

Grêmios – Uma conquista só com muita luta

O Grêmio é, antes de mais nada, uma associação que tem como finalidade a luta pelas reivindicações estudantis, bem como expressar suas idéias, mas acima de tudo, conquistar os alunos a se organizarem de forma independente do Estado e de todo aparato burguês.

Há dificuldades mil para se formar os grêmios. Lamentavelmente, os senhores(as) democracia, que tanto falam em desenvolver o exercício da cidadania e da vivência democrática, usam do autoritarismo e com desconfiança a cada tentativa dos alunos de se organizarem em grêmios.

Sabemos que existem várias razões para que os estudantes fiquem distantes dos debates mais profundos e não consigam se organizar. Uma das principais causas da conjuntural apatia dos estudantes é a ausência de uma direção política nacional, baseada num programa transformador da realidade e vinculado ao processo da luta de classes.

A falta de perspectiva para a juventude no capitalismo é sentida pela maioria, que são filhos de operários, camponeses e classe média arruinada. Muitos podem não falar, outros não conseguem se expressar exteriormente com alguma ação, mas todos têm claro a desintegração de suas vidas. Percebem silenciosos que nesse meio em que vivem (o capitalismo em decomposição) não haverá futuro decente, uma vez que não há empregos e os que existem são de baixíssimos salários (dando para sobreviver miseravelmente). Observam, também, a corrupção dos mandatários do poder, as falcatruas dos

governantes, a enganação de padres e pastores, o descaso do governo com as escolas que eles frequentam e, ainda para piorar, em muitos casos, a atitude conservadora das direções das escolas que obstaculizam, através da repressão, as iniciativas políticas da juventude.

Somando todos esses aspectos, entra aí a figura de uma boa parte de professores reacionários, que por medo de se ver diante de jovens em organização, principalmente pelo fato dos mesmos começarem a desenvolver o senso crítico e iniciarem o processo de questionamento, deparam-se frente a frente com a postura do professor, que se autodenomina apolítico e que confunde a política transformadora dos explorados com a politicagem burguesa.

Ora, nada mais falso. Só o fato desses professores assumirem esse posicionamento já é uma atitude política, não de neutralidade, mas de política conservadora e reacionária, favorável à manutenção do controle ideológico da burguesia sobre as escolas e a juventude.

Vivendo em um país semicolonial, de economia capitalista atrasada, onde todos os meios de comunicação estão nas mãos de uma elite sangue-suga, que manda e desmanda impunemente e que tem a seu favor as leis feitas pelos próprios mandatários do poder, o jovem está sujeito ao individualismo e tendências anárquicas de vida. A burguesia sabe do potencial revolucionário da juventude e procura educá-la contrariamente aos princípios de solidariedade e luta coletiva.

Essas situações são ainda mais agravantes, quando se trata de organizar o grêmio estudantil em pequenas cidades do interior. São naturalmente conservadoras e provincianas. Todos conhecem a todos e aqueles que tentam "transgredir a ordem vigente" ficam marcados e perseguidos por serem bangunceiros, rebeldes e comunistas.

Chega! É hora de dar um basta nessa hipocrisia, declarar guerra aos conformistas, acomodados e guardiães desse sistema, que nos oprime e escraviza. Vamos construir os grêmios livres em todas as escolas. Combatamos as direções acomodadas e pró-burguesas do movimento estudantil. Respondamos com luta e organização coletiva a repressão dos defensores do sistema de exploração do trabalho. Levantemos um programa de luta! Nossa bandeira estratégica é o socialismo. Somente nele a juventude poderá ser livre e desenvolver totalmente suas faculdades.



Política neoliberal para a educação: Municipalização e parcerias

Os programas educacionais dos governos estaduais atendem aos objetivos do Plano Decenal, traçados na Conferência Mundial de 1991, sob o patrocínio dos organismos internacionais do imperialismo, entre eles a Unicef, ONU e Banco Mundial. Sob a demagogia de erradicação do analfabetismo, pressionam os países das semicolônias a adotarem a tão propagada "descentralização" e a "participação comunitária". Para isso, os governos estaduais elaboraram as metas de municipalização do ensino básico, envolvendo a educação infantil e fundamental.

O governo de São Paulo, apoiando-se no alto índice de municipalização de outros estados, principalmente do Nordeste (em torno de 35%), propõe entregar para os municípios a grande maioria das escolas. De um total de 6.637.000 alunos, 5.254.000 se encontram matriculados nas escolas de 1º grau, o que significa passar para as mãos dos municípios a grande responsabilidade do ensino. Covas argumenta que os municípios têm arcado com apenas 9,7% e que, com a descentralização de recursos fiscais (final dos anos 80), os municípios foram beneficiados. Porém, para o governo, isso não significou o aumento de responsabilidades em relação ao ensino.

A denominação de "parceiros privilegiados" serve, na verdade, para esconder as brutais dificuldades dos municípios em assumir tamanha responsabilidade. Porém, as "novas parcerias" não param por aí. Covas, ao mes-

mo tempo, já indica a rota da privatização. Como os municípios não têm recursos para manter as escolas, é preciso buscar formas de parcerias, principalmente com os empresários. Como se vê, trata-se de um processo que visa reduzir o encargo do estado em relação ao ensino público.

Tasso segue a mesma rota de Covas

No início de junho, a Assembléia Legislativa de Fortaleza votou a municipalização do ensino para o estado do Ceará. Quando foi aprovada a lei de municipalização, metade dos 2.084.447 alunos da região já estava matriculada em escolas municipais, atendendo basicamente alunos de 1ª à 4ª séries. E governo do estado ficava com a maioria das matrículas da quinta à oitava série e segundo grau. É objetivo de Tasso Jereissati passar para os municípios a quase totalidade do ensino público.

Diz o governador e seu secretário que a municipalização faz parte da Constituição de 1988 e que trata-se de pôr em funcionamento um preceito constitucional.

Da mesma forma que Covas, Tasso propõe as parcerias com as empresas. Com o mesmo lema "adote uma escola", o governador do Ceará pretende, no primeiro ano, passar de dez escolas já "adotadas" pelas empresas para cem. O chamado "Pacto pela educação" visa utilizar a Associação de pais e mestres para a tarefa de manter as escolas, desde água, luz, material pedagógico até o adicional extraordinário oferecido aos professores. Os empresários darão às Associações as fórmulas de como gerir as escolas. É claro, nos moldes de uma empresa capitalista.

Com o mesmo argumento de que é preciso reduzir o analfabetismo, hoje em torno de 37,4%, a repetência e evasão, Tasso propõe demagogicamente a participação comunitária. Diz o governo que os diretores serão eleitos pelos pais, alunos e professores e, com a ajuda dos empresários, será incentivada a criação de Associações de pais, que ficarão com a tarefa de buscar a auto-sustentação das unidades escolares. Essa é a denominada "gestão participativa".

O que se aprovou no Ceará nada tem a ver com a autonomia das escolas. A autonomia integral do ensino significa a não interferência do Esta-

do e do capital no que se refere à administração, currículo, conteúdo etc. Cabe unicamente ao Estado manter as escolas com verbas necessárias. Os governos querem utilizar os pais para acobertar o gerenciamento capitalista das escolas pelas empresas. Certamente, quem decidirá os rumos serão os empresários e não os pais. O apadrinhamento (adoção) é a forma encontrada de dar os primeiros passos rumo à privatização.

A eleição de diretores, como prevê a lei, nada tem de democrática, pois os mesmos serão submetidos a um exame técnico, o que significa dizer que o Estado e as empresas manterão o controle sobre o técnico eleito para gerenciar as escolas. A eleição de todos os cargos para ser democrática depende do controle dos eleitos por aqueles que o elegeram, de tal sorte que possam revogar o mandato assim que considerar necessário. A formalidade do voto para diretores não assegura a real democracia. Ela está subordinada à velha estrutura montada pelo Estado burguês para exercer o controle sobre a educação, como as delegacias de ensino e secretarias.

A proposta do governo do Ceará está ajustada às metas do Plano Decenal. Por isso, municipalizou e abriu as portas para que as empresas iniciem o gerenciamento das escolas públicas. O passo seguinte é repassar parte dessas escolas, já saneadas, diretamente para a rede privada. Foi o que ocorreu na Argentina, Chile e que está sendo cogitado também na Bolívia, com a "Reforma na Educação".

Os governos estaduais estão, portanto, cumprindo com as medidas neoliberais encarnadas pelo governo entreguista. O neoliberalismo na educação significa livrar o Estado da responsabilidade com tal serviço, para que possa assumir plenamente os compromissos com as dívidas interna e externa.

A falência do Ensino

A crise da educação é parte da crise estrutural do capitalismo. Não se trata de um problema particular dos países de economia atrasada, atinge também as metrópoles. Basta verificar os graves problemas educacionais ocorridos nos Estados Unidos, França e Japão, a exemplo do crescimento dos suicídios de jovens



estudantes no Japão, resultantes da repressão escolar.

A desagregação da economia reflete-se na educação, numa relação dialética. A quebra de forças produtivas em nível mundial e, principalmente, nos países semicoloniais, tem acirrado as contradições do ensino. A educação elitista, acadêmica, imposta pela classe dominante se choca com as reais necessidades dos alunos.

O desemprego crescente, recessão etc e o ensino memorístico das escolas têm provocado o aumento da evasão e repetência. A grande maioria dos alunos abandona as escolas porque necessita compor a renda familiar e não vê na escola nada de útil para sua vida cotidiana.

A verdadeira raiz dos males da educação está na base da economia. Um regime que não é capaz de oferecer aos trabalhadores o salário mínimo vital, emprego, saúde, moradia e educação a todos não pode pôr fim ao analfabetismo e muito menos conter a evasão e repetência. Por isso, os graves problemas do ensino no Brasil não serão resolvidos com as medidas neoliberais, como a municipalização

e parcerias. Qualquer transformação radical da educação depende de uma mudança também radical na estrutura econômica do país. Nos marcos do regime capitalista de exploração do trabalho não teremos acesso livre à educação e não haverá democracia e autonomia nas escolas.

O ensino responde ao controle ideológico da classe que está no poder. Sob a ditadura civil da burguesia, responsável pela quebra das forças produtivas, a educação expressa seus interesses de classe. É nesse quadro que lutamos pela escola pública, gratuita, laica, autônoma e científica. Combatemos a municipalização, parcerias e todas as iniciativas que debilitam a escola pública. Defendemos a estatização de todo o sistema de ensino, sob o controle dos trabalhadores em educação. Rechaçamos a escola memorística, que se opõe à unidade entre a teoria e a prática. Isso porque o conhecimento é o resultado da inter-relação do fazer e do pensar. A prática que nos referimos é a do vínculo direto da escola com a produção social. Queremos que os alunos estejam uma parte do tempo nas fábricas, campo,

comércio etc e outra nas escolas. Não para serem explorados, mas para que adquiram o conhecimento das leis naturais e sociais, necessários para a compreensão e transformação da realidade. O capitalismo impossibilita a fusão da escola com a produção social justamente porque tal relação torna os estudantes em força transformadora junto ao proletariado.

A defesa da escola pública não é um objetivo em si próprio, mas sim parte do programa da luta antiimperialista e anticapitalista. A desagregação do sistema de exploração do trabalho desmorona consigo os bens sociais de interesse das massas. A classe operária, estudantes, professores etc devem tomar em suas mãos o destino da escola, o que significa trabalhar pelo fim do sistema econômico capitalista.

Educação

Governo lança ofensiva privatizante nas universidades federais



O ministro da educação Paulo Renato apresentou um projeto de autonomia para as universidades federais. Segundo o governo, o projeto leva as federais à autonomia que já é aplicada pelas escolas estaduais. O projeto pretende deixar as universidades administrarem seus recursos livremente. Cria um mecanismo de variação das verbas de acordo com a produtividade de cada instituição. Diz o governo que as universidades que produzirem mais terão aumento de verbas. As que produzirem menos, terão suas verbas reduzidas. Haverá novas fontes de renda, com a possibilidade de cobrança pelas escolas de taxas sobre cursos de extensão, pós-graduação etc. O único serviço que ainda não será taxado será o curso de graduação. Mas já se sabe que o governo pretende taxar com mensalidades 70% dos alunos as federais.

É uma farsa que o governo utiliza para implantar por partes a privatização do ensino público e o corte de verbas. A autonomia é uma mentira: primeiro porque o orçamento da universidade é ditatorialmente administrado pela burocracia universitária, que tem ligações estreitas com o governo e expressa sua política no interior da universidade. Segundo porque a liberdade de administrar as verbas estará submetida à avaliação de produtividade imposta pelo governo.

A real autonomia universitária só existe através do poder da assembléia universitária e do governo tripartite, através dos quais se exerce o poder

estudantil. Somente se a comunidade universitária pode manejar livremente as verbas, em oposição ao pretendido pelos governos burgueses, há autonomia. E é necessário ainda que o estado sustente a universidade de acordo com as necessidades fixadas pela assembléia universitária, não de acordo com as avaliações governamentais.

A cobrança de taxas é um primeiro passo para a privatização. Será a utilização da estrutura e pessoal da universidade, já pagos com impostos pelos assalariados, com a cobrança de um valor que permitirá recompor parcialmente um orçamento cortado em benefício do parasitismo financeiro e das negociatas pelos governos burgueses. E colocará a realização das atividades universitárias nas mãos das "mantenedoras": empresas privadas que "ajudam" na realização de cursos e pesquisas. Desde que sejam de seu interesse, é claro. Novamente, a autonomia é violada, porque submete-se o ensino e pesquisa a interesses privados.

Os estudantes precisam se levantar contra a linha privatizante aplicada como parte do plano neoliberal, utilizar os métodos da ação direta para bloquear a privatização, construir a assembléia universitária para reivindicar a real autonomia e chamar a unidade com o movimento operário para enfrentar nacionalmente o plano neoliberal no seu conjunto.

A Falta de Democracia na CUT

A Plenária convocada pela CUT não permite a participação das bases dos sindicatos, isto desde a forma como ela é convocada. Uma plenária deveria ser aberta aos militantes que quisessem discutir a situação em que se encontra o movimento e quais as formas de luta que deveriam ser aplica-

das. Ao contrário a burocracia convoca uma plenária fechada com a participação de delegados que quase sempre são eleitos somente entre a direção sem a participação da base.

É isso o que ocorreu na AFUSE (Sindicato dos Funcionários de Escola), alegando não haver tempo hábil para a convocação de uma assembléia. A Plenária cutista não representará de fato a vontade das bases em lutar vigorosamente con-

tra o Plano de Fome do governo FHC, pois nela só estará representada a burocracia, que hoje negocia migalhas com o governo, com pouquíssimas exceções. Está na hora de construir uma Fração Revolucionária no interior da Central para colocá-la novamente na rota da luta direta. Para iniciar isto temos que construir também nas escolas uma Corrente Proletária da Educação, tanto nos professores como nos funcionários e estudantes.

Educação

Eleições para o Conselho Regional da AFUSE

Organizar um Conselho Regional de Luta

Construir a Corrente Proletária da Educação nos Funcionários de Escola.

Os problemas enfrentados pelos funcionários de escola hoje são muitos. Salários extremamente baixos (salário base de R\$ 25,00); obrigação de cumprir mais de uma função na Escola, pela falta de funcionários; trabalhar sem materiais e sem segurança. Isto é resultado da destruição da Escola Pública, im-

plementada pelo governo Covas, através da municipalização, da terceirização e da política de parcerias.

Diante desta política, o sindicato responde com a paralisia e a conciliação, se distanciando dos problemas da base.

Neste sentido cabe aos funcionários da educação construir uma direção que se coloque pela luta direta contra a política de destruição da escola pública, de seu salário, de seu emprego, de sua vida.

Por isto, convocamos os funcionários de educação a discutir a for-

mação da Corrente Proletária, sobre a base de um programa que impulse a luta independente da classe que coloque a democracia operária como um princípio fundamental.

Um dos primeiros passos para isto é a discussão das eleições dos Conselhos Regionais pois é através delas que podemos impulsionar e fortalecer a Corrente Proletária, potenciando-a para o trabalho de organizar e conscientizar a classe, a partir das regiões.

Iniciado curso de formação política para estudantes

O curso terá três partes: a primeira de discussão da plataforma programática do POR, a segunda de discussão da política proletária para o movimento estudantil e a terceira de discussão da intervenção para construção da corrente proletária na educação entre os estudantes.

A primeira discussão apresentou os

pontos centrais do programa do POR: 1) a crise capitalista e a caracterização central do programa de transição da crise de direção revolucionária do proletariado; 2) a caracterização do país como capitalista atrasado, semicolonial, que suporta a crise mundial capitalista com suas particularidades nacionais e vive a crise do regime político; 3) a caracterização das classes sociais, burguesia, pequena burguesia, campesinato, proletariado; 4) a opressão nacional, a luta antiimperialista e anticapitalista, a Frente Revolucionária Antiimperia-

lista; 5) os partidos: burgueses, reformistas e o revolucionário; 6) a estratégia da revolução e ditadura do proletariado e os métodos de luta

A exposição procurou relacionar os temas com os problemas vividos nas escolas e contou com a participação de secundaristas e universitários. Prosseguirá com o debate sobre os temas discutidos e com a discussão da política proletária para o movimento estudantil. Maiores informações com o distribuidor deste jornal.



Às plenárias da CUT

A direção da CUT convocou as plenárias estaduais e a Nacional. Elas ocorrerão na situação de ofensiva de fome e miséria do Plano neoliberal de FHC. Por si só, os ataques do governo pró-imperialista à economia nacional e às massas exploradas determinam a tarefa das plenárias. Trata-se do movimento operário e camponês responder com uma grande mobilização pela derrubada integral das medidas antinacionais e antipopulares. Renunciar a essa tarefa ou amortecê-la com decisões distracionistas significa facilitar a implantação da política antioperária de FHC.

O POR defende que as plenárias aprovelem a linha de organização de uma Frente Revolucionária Antiimperialista, baseada num programa antiimperialista e anticapitalista da classe operária. Para isso, seus representantes nas plenárias estão de posse das teses "Combater a ofensiva neoliberal - Por um Programa Operário - Construir a Frente Revolucionária Antiimperialista". Chamamos os ativistas, delegados da Plenária e demais trabalhadores a cerrarem fileira em torno do Programa Proletário de combate ao neoliberalismo e da tática da Frente Única Antiimperialista.

Sabemos que a intenção da burocracia sindical dirigente não é de fazer das plenárias uma alavanca para organizar o movimento nacional dos oprimidos que desemboque em grandes mobilizações de rua e na greve geral por tempo indeterminado. É dever de todas as correntes que se reivindicam do marxismo constituírem uma frente de intervenção em torno de uma plataforma de luta, da estratégia de derrubada integral do Plano neoliberal, de combate ao governo pró-imperialista, pela organização da greve geral por tempo indeterminado e pela constituição da Frente Revolucionária Antiimperialista.

A burocracia reformista dominante pretende utilizar as plenárias com duplo objetivo:

1) Subordinar o movimento operário a uma Frente Social da Cidadania, em que organismos vinculados ao Estado burguês como Igreja, OAB, ABI e frações da burguesia tenham o papel de direção. Tal frente, portanto, não teria a finalidade de derrubar o Plano através de mobilizações e da greve geral. Teria sim a função de apresentar emendas ao Plano neoliberal, denominadas incorretamente de "reformas populares".

A subordinação da CUT e sindica-

tos a uma frente de conciliação e de mera pressão parlamentar é a negação das formas de lutas próprias das massas, que permitem o proletariado se destacar como direção da maioria oprimida em confronto aberto com o governo vendido e com o Congresso corrompido. Essa frente é uma reedição da frente popular, que se caracteriza pela subordinação do proletariado a uma ala da burguesia. Devemos nos contrapor a ela firmemente, com o Programa Proletário e a tática da Frente Única Antiimperialista.

2) Preparar o terreno para mudanças estruturais na forma organizativa da CUT, tendo por base a reformulação governamental quanto à regulamentação do funcionamento dos sindicatos. O chamado "sindicalismo orgânico", proposto pela burocracia, significa admitir a quebra da unicidade sindical prevista na reforma burguesa, procurando resolvê-la com novas formas organizativas, que apenas conduzem a maior controle burocrático da direção conciliadora.

Ao contrário disso, trata-se de lutar contra qualquer ingerência estatal ou legislação que decida sobre a natureza e funcionamento dos sindicatos e Centrais. O objetivo do governo de fragmentar os sindicatos conta com a colaboração da burocracia, que na prática tem transformado as lutas em manifestações isoladas por fábrica, quebrando a unidade e a capacidade coletiva dos explorados.

O problema organizativo da CUT e sindicatos é que estes estão burocratizados e afastados das bases. É a sua direção política pró-capitalista que barra a soberania das assembleias, restringe a participação majoritária de delegados de base no Congresso da CUT e divide o movimento operário, a exemplo do surto grevista desativado bem no momento em que os petroleiros combatiam o governo neoliberal. É a linha de submeter os sindicatos à democracia burguesa e subordiná-los aos objetivos estratégicos do eleitoralismo petista (do governo democrático e popular) que tem desarmado o movimento operário e apodrecido os sindicatos.

Contrariamente às novas investidas organizativas da burocracia, defendemos que a CUT se posicione: 1) Em defesa do direito irrestrito de greve; 2) Pelo desconhecimento da legislação sindical e trabalhista da burguesia contra os assalariados; 3) Pela democracia operária, que pres-

supõe as assembleias soberanas, liberdade de expressão das correntes em seu interior, restabelecimento do congresso de base da CUT, a ser realizado anualmente, obrigatoriedade dos sindicatos assumirem centralizadamente as decisões que dizem respeito à luta unitária contra os capitalistas e critério de proporcionalidade para a constituição das direções; 4) Independência sindical frente à burguesia e seus representantes; 5) Campanha pela expulsão das camarilhas corrompidas que dominam a maioria dos sindicatos; 6) Campanha em defesa dos sindicatos dos petroleiros sob intervenção judicial e contra as demissões; 7) Defesa do princípio da unidade grevista e condenação da tática divisionista da burocracia; 8) Estratégia de destruição política e organizativa da Força Sindical, por se constituir num braço da burguesia e do imperialismo no movimento operário

Por uma campanha nacional de luta contra o governo e seu plano neoliberal.

Por um programa operário de derrubada integral da política pró-imperialista e esmagamento capitalista da vida das massas.

Pela constituição da Frente Revolucionária Antiimperialista.

Pelo direito irrestrito de greve, democracia operária e independência política do movimento operário em relação à burguesia, suas instituições "democráticas" e seus representantes.

Pela convocação da greve geral por tempo indeterminado contra a ofensiva pró-imperialista.

Movimento Operário



A Política Neoliberal Atinge os Têxteis

O desemprego tem se ampliado nos têxteis. De um total de 50 mil têxteis, aproximadamente cerca de 10 mil foram demitidos desde o início do ano, sem recolocação de operários nas vagas das fábricas. Muitas fábricas estão sem pagar os salários desde junho. Com um piso salarial de R\$ 200,55 não são os operários responsáveis pela quebradeira das indústrias. Os patrões, quando se acham em crise, dão o calote nos operários ou os colocam na rua. Os capitalistas dizem que não há outra saída senão demitir, com a desculpa de que é por causa da abertura das importações e da recessão, provocadas pelo plano neoliberal de FHC.

Movimentando um mercado de US\$ 35 bilhões anuais, a crise da indústria têxtil brasileira é um palco de disputa de interesses do capital nacional e dos importadores. O grave é que os operários é quem pagam com o desemprego e baixos salários.

Os burocratas dos sindicatos têm negociado as demissões, em lugar de organizar a luta em defesa do emprego. Devemos rejeitar esse caminho suicida e organizar em todas as fábricas um movimento pela redução da jornada de trabalho para 6 horas, sem redução de salários. Que os capitalistas paguem a sua crise e não os explorados.

Exigir do sindicato uma luta pelo direito ao trabalho. Acabar com as demissões.

Judiciário de SP

É Preciso Organizar a luta

Os judiciários, cerca de 50 mil funcionários, ocupavam um lugar de destaque nos últimos anos, na luta do funcionalismo, protagonizando inúmeras greves. Os péssimos salários, bem como as condições de salário, levaram a classe a romper com seu conservadorismo e partir para a luta direta contra o governo e a cúpula do Tribunal. Estas lutas deram lugar ao surgimento de uma vanguarda que, apesar da inexperiência, se constituía num setor muito combativo. O primeiro passo desta vanguarda foi a constituição de uma Comissão Aberta, que na luta se transformou no Comando de Greve e acaba sendo reconhecida como a direção do movimento constituindo o SINJESP.

O desenvolvimento desta vanguarda só poderia acontecer se se discutissem; sobre a base de um programa de luta (que se colocasse contra o Estado burguês e suas instituições, desta forma sendo obrigado a se aproximar da linha revolucionária do proletariado), fosse possível unificar posições políticas divergentes. Mas foi justamente isso o que deixou de ocorrer. As correntes majoritárias no movimento Convergência Socialista (atualmente fundida no PSTU), Causa Operária, O Trabalho, preferiram fazer um acordo de bastidores para lotearem os cargos de acordo com o número de simpatizantes que arrastavam.

De posse do aparelho, que na verdade não tinha uma estrutura, passaram a desenvolver uma política de imobilismo e de canalização da revolta das massas contra o governo e o Tribunal, para a luta eleitoral de conseguir cargos no parlamento. Isto levou o sindicato a quebra, a apenas duas gestões de sua formação.

Aproveitando-se da quebra do SINJESP a pelega Associação "União" pede reconhecimento como o sindicato da categoria o que é concedido. O pseudo-sindicato não passou de uma mano-

bra da antiga cúpula do tribunal (Odir Porto e Cia.), hoje com sérios problemas de entrosamento com a nova Cúpula do tribunal, sobrevive às custas da Força Sindical (apesar de se declarar independente, sua sede se localiza num prédio cedido pelo Sindicato dos Metalúrgicos de SP), não tendo nenhum reconhecimento da categoria.

Para o judiciário, hoje se coloca necessário ter um instrumento de luta contra a política antinacional, recolonizadora e antipopular de FHC. O arrocho salarial sofrido com o Plano de Fome, a privatização das estatais (que dá o controle de setores essenciais de nossa economia às multinacionais), além da política de abertura para a desova dos produtos estrangeiros (que levará à quebra das industriais nacionais, à mais demissões e mais miséria), e no nosso caso a necessidade de se enxugar o Estado para continuar a pagar a dívida externa.

O "União" não serve para isto, resta-nos procurar uma outra alternativa. Para isto propomos à formação da "Corrente Proletária do Judiciário Pela Reconstrução de um Sindicato de Luta", que se baseie nos seguintes princípios:

Que defenda uma política de independência de classe.

Que se coloque pela luta direta, como método principal de ação da classe.

Que se coloque contra a conciliação de classe (sindicalismo de resultados ou de negociação).

Pela democracia sindical, com assembleias soberanas.

Estruturada Através dos comandos sindicais de base (por prédios ou comarcas).

Com revogabilidade de mandato

Que a direção não seja afastada, mas que continue trabalhando para não perder o vínculo com a categoria



Os Trotskistas no Brasil - III

Dando continuidade ao trabalho de aprofundar sobre as origens do trotskismo e sua elaboração teórica, tendo em vista nosso desenvolvimento programático, apresentamos algumas posições programáticas desenvolvidas no jornal "A Luta de Classes"

As Posições Programáticas.

Desde o início de sua formação, o grupo se preocupou em desenvolver teoricamente suas posições. Apesar das bruscas guinadas à esquerda de Stálin, os trotskistas brasileiros se mantiveram firmes na Oposição de Esquerda, analisando os desvios da III Internacional, e continuando a crítica das faltas cometidas pela direção do PCB, como no documento "Aos Trabalhadores do Brasil", de janeiro de 1931. Nesse manifesto, a oposição expôs e esclareceu as razões de sua existência e de seu combate. Explicou como as divergências entre o Partido Republicano Paulista (PRP), juntamente com as antigas oligarquias apoiadoras de Washington Luís e os "novos liberais" da Aliança Liberal (AL) da Nova República "foram rapidamente resolvidas após o movimento de 1930 e de como a unidade nacional burguesa foi mantida graças à vitória da AL. Este restabelecimento se deu às custas de uma maior opressão". Mas, "mal cessaram as fanfarras retumbantes da vitória, os banqueiros de Wall Street e da City já enviaram seus peritos contadores. Surgindo o verdadeiro vencedor". A burguesia nacional teve de se submeter à política dos países imperialistas. Somente o proletariado, como verdadeira classe revolucionária e pelo caráter internacional de sua luta, pode lutar pela democracia. Só o proletariado pode combater pelas reivindicações democráticas, pois só ele tem interesse vital na conquista da democracia. "Diante do proletariado, como classe, todas as frações não têm divergências". "O proletariado lutará pelas reivindicações democráticas, batendo-se pelo direito de organizar seus sindicatos revolucionários e lutar pela legalização do partido da vanguarda consciente o PC, prejudicado pela ação deste, por sua direção incapaz e burocratizada". "A Liga Comunista lutará sem desfalecimento por uma política revolucionária justa do partido do proletariado, defendendo intransigentemente as resoluções adotadas nos quatro primeiros congressos da Internacional Comunista (Comintern ou III Internacional)".

Nesse período, a Oposição também começou a desenvolver teoricamente uma análise da situação nacional que sepultasse definitivamente a "Agrarismo e Industrialismo". No documento, "Esboço de uma Análise da Situação Econômica e Social no Brasil", de outubro de 1930, Lívio e Pedrosa, procuraram fazer um esforço para compreender a formação nacional a partir do Regime Colonial. Analisaram que: "a acumulação do capitalismo se fez de forma direta: a transformação da economia escravagista em assalariados do campo se fez diretamente. Visto que aqui nunca houve terras livres e sim o monopólio da terra, sendo que os pequenos proprietários, fator da pequena produção; geralmente anterior ao sistema capitalista, não pôde se desenvolver na formação econômica do Brasil". Afirmaram categoricamente que a burguesia nacional nasceu do campo e não da cidade, com a produção agrícola destinada desde o início aos mercados externos, mostrando que a República foi imposta pela burguesia cafeeira de São Paulo. Analisaram que 78% dos trabalhadores rurais eram colonos e agregados, 20% dos trabalhadores eram assalariados e os restantes 2% meeiros e sitiantes. Concluindo que existia um erro de análise do PCB quando afirmava que "a grande massa da população rural brasileira seria constituída de pequenos proprietários", pois consideravam os colonos como proprietários, sendo na verdade, segundo Mário e Lívio, uma forma de convencer a militância sobre a tese do caráter agrário da revolução, atribuindo assim aos colonos o papel da pequena-burguesia rural dos países europeus. A crítica à concepção de que a revolução no Brasil teria um caráter puramente agrário e antiimperialista se justificava pelo fato destas tarefas democráticas-pendentes não resultarem da revolução proletária. Entretanto a caracterização do problema camponês no Brasil realizado por Mario e Lívio não se fundamentavam num conhecimento mais acabado da realidade.

Esta análise depois foi complementada por um texto de Lobo, "A Situação Brasileira e o Trabalho Para o Seu Esclarecimento", de abril de 1931. Neste texto Lobo faz inicialmente um pequeno histórico do PCB, afirmando que este não existiu desde sua formação até o final de 1923. Quando aparece como Partido, aparece em 1924, após a morte de Lenin, justamente o marco inicial de um longo período de reação contra seu pensamento e sua obra. Colocava também que, apenas em 1928, o Brasil tomaria conhecimento da atitude Russa a esta reação, mas somente por notícias confusas e unilaterais. Con-

cluindo que a ausência quase total da literatura revolucionária no Brasil permitiu que a burocracia do PCB mentisse e agisse à vontade. Sendo precisamente em 1928 que um grupo de camaradas mais esclarecidos tentou pôr uma barreira aos atentados a esses princípios. Mas estes companheiros cometeram, por inexperiência, uma série de erros táticos, sem a preparação de uma plataforma que definisse seus pontos de vista, sendo superada esta fase somente em 1930 com a formação do Grupo Comunista Lenin, que abriu uma clareira na atividade revolucionária permitindo uma análise mais criteriosa da situação e dos problemas do movimento revolucionário no país. Em outra parte do texto, Lobo coloca uma série de adendos ao documento de Mario e Lívio, aprofundando o conceito do papel do colono no campo, além de indicar uma série de atualizações e estudos que deveriam ser feitos.

Na ânsia de se contrapor às teorias estalinistas, os jovens trotskistas de 30 não fizeram uma análise aprofundada sobre a situação agrária do país. Hoje percebemos claramente que a estrutura oligárquica e latifundiária, formada pelo entrelaçamento de latifúndios (predominantes) e minifúndios (em que se abriga o trabalho familiar camponês), é ainda uma herança da colonização e que o campesinato, que se expressa por este trabalho familiar, exprimido pelo latifúndio, expulso de suas terras, transformado em semiprolétaire ou em proletário, luta pela terra. Que a luta no campo se dá entre o latifundiário e o camponês pobre. Que com o avanço da agroindústria, os milhões de bótias-frias acabaram por introduzir a luta proletária junto à luta camponesa dos sem-terra. Esta deficiência na análise não permitiu o desenvolvimento da questão da aliança operário e camponesa no país.

Em primeiro de outubro de 1931 Prestes, iniciando sua rápida ascensão na hierarquia stalinista, viaja à Rússia, afirmando que iria aprender o marxismo-leninismo, que só o PCB poderia dirigir as massas trabalhadoras no Brasil, e que se incorporava como soldado entre os operários e os camponeses. Os trotskistas brasileiros analisaram sua mudança para Moscou e também como Prestes ascendeu rapidamente dentro da IC. Estas análises ajudaram a compreender o nível de burocratização alcançado pela camarilha estalinista, que se apoderara definitivamente da Internacional Comunista.

Em 1932, com o retardamento da promulgação da Constituição e a radicalização dos constitucionais (representados pela burguesia cafeeira paulista), o Partido Democrata rompe com o governo provisório, e se alia ao PRP e a Liga de Defesa Paulista, criando a Frente Única Paulista, esta frente antivarguista lutava por ter mais espaços políticos no governo, por isto lutava pela Constituinte. Como Vargas se negava a convocá-la, pressionado pelas alas "outubristas", a Frente procura a tomada do poder, a partir de São Paulo, culminando com o chamado Movimento Constitucionalista de 32, facilmente sufocado. Mas, por sua vez, abriu caminho para que Vargas pudesse afastar os "outubristas" do governo e iniciar um processo de redemocratização, com a convocação de uma Nova Constituinte, em dezembro de 1933. As eleições para esta Constituinte se realizaram em maio e levaram as oligarquias regionais representantes dos latifúndios à vitória. Assim, a Frente Única ganha em São Paulo; Olegário Maciel em Minas Gerais e Flores da Cunha, no Rio Grande do Sul. Este resultado significou um forte abalo para os "tenentes". Alguns tentaram se opor a esse reordenamento, mas foram desligados de seus cargos de interventores. Nesse momento, o outubrismo se divide em direções opostas. Alguns foram cooptados pelo Estado; outros, como Juarez Távora e João Alberto, assumiram posições mais conservadoras, que desembocariam mais tarde no "integralismo".

No próximo número veremos a organização da Frente Única Antifascista



Fora o imperialismo da Bósnia!

Os conflitos entre eslavos e muçulmanos na Bósnia têm se agravado. Os sérvios (eslavos) conquistaram mais 2 cidades bósnias e expulsaram os muçulmanos. Os croatas fizeram um acordo com os bósnios e passaram a atacar os sérvios. As forças da ONU têm bombardeado sistematicamente os sérvios, procurando detê-los. A França encabeça as negociações entre os países imperialistas para organizar uma intervenção militar de maior peso, que submeta todas as nacionalidades ao poderio imperialista.

As frações da burocracia estalinista falida, que ainda dirigem a Sérvia, Croácia e Bósnia, estão levando a ex-Iugoslávia a uma

guerra civil total. A ação das forças da ONU de estabelecer zonas de proteção sob controle imperialista tem fracassado, porque torna essas regiões em focos de conflito. O temor da França é a generalização total do conflito e sua extensão para outras regiões da Europa. Ao invés disso, propõe submeter a região à força a uma coligação imperialista.

Na época do imperialismo, fase superior do capitalismo, o marxismo mostra que a luta de classes atingiu um caráter internacional. A luta anticapitalista se projeta internacionalmente na luta antiimperialista, na luta do proletariado contra a burguesia mundial. Assim, os marxistas se posicionam em relação aos conflitos entre nações oprimidas e opressoras. A posição é a de luta contra a intervenção imperialista, em defesa da autodeterminação.

No caso da Bósnia, há uma guerra civil em que as burocracias dirigentes das nacionalidades disputam o controle da região. E há a intervenção

imperialista, que tem se despejado contra os sérvios. O fundamental é reivindicar a retirada imediata de todas as forças imperialistas na região. Qualquer sucesso da intervenção da ONU potencializará novas ações imperialistas em outras regiões do mundo.

Algumas correntes de esquerda têm-se colocado pelo apoio à Bósnia, esquecendo-se de que estão fazendo bloco com o imperialismo. Os problemas entre as nacionalidades da região devem ser resolvidos entre e pelos próprios iugoslavos. A solução passa pela luta das massas para varrer com os restos da burocracia ditatorial e estabelecer a ditadura do proletariado, que abriria caminho para a livre cooperação entre as nações. As relações de opressão entre as nacionalidades servem para mantê-las divididas e submissas frente ao imperialismo.

O caminho para a superação da luta entre as nacionalidades é a luta contra o imperialismo e os restos da burocracia restauracionista do capitalismo.

Bolívia

Corrupção na Universidade Maior de São Andrés

Nos últimos dias apareceram notícias de corrupção entre os docentes, autoridades e até estudantes da UMSA. A podridão da sociedade capitalista penetra em todos os poros das casas superiores de estudo.

Desgraça e surpreende que as próprias organizações estudantis se vissem dedicadas a roubar dinheiro dos estudantes.

O informe da auditoria e de algumas autoridades falam que integrantes das chapas "Independentes" e "Vermelhos" haviam subtraído cerca de meio milhão de bolivianos. Também informaram que estes dirigentes repartiram entre si o dinheiro sobre múltiplos pretextos, inclusive viagens luxuosas.

Não faltarão pessoas que afirmem que a URUS (frente estudantil dirigida pelo POR. N.T.)

esteve na frente "Vermelhos". Temos que esclarecer este ponto.

Estiveram integrando URUS uma camarilha de reformistas (agora ao que parece eram também trapaceiros), que se juntaram em uma frente ocultando a política revolucionária do trotskismo e da URUS, com a finalidade central de potenciar a pretextos aliados, entre eles correntes foquistas. Não é impossível que atuaram desta forma para saquear o dinheiro da FUL (federação universitária. N.T.).

Estes reformistas foram expulsos porque seu dirigente (aprendiz de coroinha) cometeu uma delação. Por esta razão os que idealizaram a frente "Vermelhos" e a potenciaram estão fora do POR e da URUS e não têm mais nada a ver com estas organizações. Os poristas são a encarnação da mais severa honradez, não procuram cargos para se enriquecerem, comer sem trabalhar ou fazer carreirismo econômico, político ou social.

Estes canalhas que seguem a um delator agora cooperam com outro reformista (o Chefe da Carreira de Comunicação) seguramente para pôr medo e dar a sensação de que são alguma coisa. Argumentam que é oportuno ganhar espaços para discutir. Nós revolucionários temos todo o espaço que precisamos para expor e defender

nosso programa marxista-leninista-trotskista. Os reformistas com o pretexto de se abrir o campo se dedicam a apoiar a todo tipo de aventureiros e contrarrevolucionários.

É nosso dever desmascarar os canalhas para que os estudantes não se deixem enganar.

O delator proxeneta se dedica a servir de instrumento a todos os inimigos do POR, quer dizer, da revolução.

No passado ele foi questionado como professor por carecer dos documentos necessários, agora se converteu em pastorzinho da reação, parece que até aumentaram suas cátedras. Seguramente faz de tudo (é capaz de baixar as calças) se lhes derem um lugarzinho entre as autoridades.

E já sabemos que a Clericanalha (hierarquia corrupta da igreja que dirige a Universidade. N.T.) é o ramo mais sujo da reação.

(extraído do jornal "Masas" boliviano nº 1469, de 12/07/95)

OBS.: É este tipo de gente que quer fazer um tribunal internacional contra o POR e Guillermo Lora, é importante que agrupamentos como "Avançar na Luta" conheçam a cumbuca onde metem a mão para não se machucarem depois.



Campanha em defesa da vida de Mumia Abu-Jamal

O governo do estado da Pensilvânia (Estados Unidos) está decidido a executar (assassinar) o lutador Mumia Abu-Jamal. Este foi preso e acusado injustamente da morte de um policial. Na verdade, o Estado burguês está empenhado em assassinar legalmente Mumia Abu-Jamal pelo fato desse jornalista ter se destacado na luta contra toda forma de opressão social, incluindo o odioso racismo.

O POR se coloca em defesa da liberdade imediata de Mumia Abu-Jamal e denuncia a intenção fascista do governo norte-americano de destruir a vida de um lutador dos oprimidos. Publicamos abaixo o Manifesto do Grupo Espartaquista do México:

"Salvar Mumia Abu-Jamal!"

Jornalista negro condenado à morte nos Estados Unidos

EEUU: Abolir a racista pena de morte!

Encontramo-nos numa carreira contra o tempo para salvar a vida de Mumia Abu-Jamal, um valente jornalista negro, lutador pela justiça social e prisioneiro político sentenciado de morte na Pennsylvania. Agora corre mais risco do que nunca, quando se espalha pelos Estados Unidos uma campanha para acelerar a

máquina de morte como parte da repressão, dirigida especialmente contra as minorias. É muito possível que agora o novo governador de Pennsylvania firme uma ordem de execução contra Mumia Abu-Jamal.

Mumia Abu-Jamal é vítima de uma intriga policialesca racista. Como ex-membro do Partido Pantera Negra, defensor da comuna MOVE e importante jornalista conhecido como a "voz dos sem voz", Jamal tem vivido sua existência vibrante, lutando em favor dos pobres, negros e despossuídos dos EEUU. Ainda na terrível situação de condenado à morte, Jamal continua defendendo os oprimidos nos comentários que aparecem nos jornais e revistas ao longo da América do Norte. É precisamente pelo fato de representar uma luz de esperança e fortaleza na luta contra a injustiça racista, que as forças da reação e a repressão desejam silenciar Jamal para sempre, mediante sua execução.

Esse linchamento legal racista deve ser impedido a todo custo!

Morre Ernest Mandel

Ernest Mandel, principal dirigente do Secretariado Unificado (SU-IV Internacional) e teórico marxista que se reivindicava do trotskismo, morreu no dia 20 de julho, tendo por causa um enfarte. Por várias vezes, esteve no Brasil ministrando palestras. Como representante do SU em nosso país, a corrente "Democracia Socialista", que edita o Jornal Em Tempo, se identifica plenamente com a linha teórica e política desenvolvida pelo belga Mandel.

Este deixou o legado de uma vasta obra de economia e política. Destaca-se por sua importância teórica o livro "Tratado de Economia Marxista". Entre outras obras citamos: "A formação econômica do pensamento de Marx"; "El dólar y la crisis del imperialismo"; "A resposta socialista ao desafio americano"; "A luta pela democracia socialista na União Soviética"; "Crítica do euro-comunismo"; "Trotsky: um estudo da dinâmica de seu pensamento".

Mandel também teve preocupação didática para a difusão da teoria econômica marxista. Editou para esse fim o livro "Iniciação à teoria econômica marxista". Em fins da década de 70, quando ainda perdurava a ditadura militar e surgiam novos agrupamentos reivindicando do trotskismo, um dos seus livros muito lido e debatido foi "A teoria leninista da organização", onde Mandel procura expor as noções organizativas do partido leninista. Sem dúvida, Mandel teve muita influência no pensamento das correntes do trotskismo, principalmente das mais identificadas com a Democracia Socialista.

Mandel se projetou como militante já na década de 30, quando aderiu as posições de Trotsky e se colocou a organizar o movimento revolucionário anti-estalinista. Foi militante ativo na II Guerra Mundial, participando da resistência em seu próprio país (Bélgica). Em razão de suas atividades políticas, esteve preso nos campos de concentração nazista. Essa trajetória mostra o valor militante desse teórico.

Depois da morte de Trotsky (1940), Mandel iria se destacar como um dos pilares da crise e cisão da IV Internacional, iniciada pelo revisionismo pablista da concepção de Trotsky em relação ao caráter contra-revolucionário do estalinismo. Michel Pablo afirmaria, já em 1951, no texto "Para onde vamos?" que o estalinismo poderia ser reformado, sob a pressão das massas revolucionárias. O III Congresso da IV Internacional avançou a linha pablista, assumindo a tese do entrismo nos partidos comunistas (estalinistas). Em 1954-57, a deformação dos revisionistas havia chegado ao ápice. Já em 1952 a fração que se opunha às novas caracterizações de Pablo foi expulsa, vindo a formar o Partido Comunista Internacional (PCI). Em seguida, a corrente SWP, dos Estados Unidos, rompeu com o Secretariado Internacional dominado por Pablo, denunciando o burocratismo estalinista. Porém, em 1963 o SWP viria a se recompor com o Secretariado Internacional, num claro retrocesso capitulador dos

norte-americanos.

A importância da descrição desses acontecimentos é que Mandel foi um dos responsáveis pelo revisionismo pablista. Não podemos omitir essa crítica histórica, sem que sejamos anti-marxistas e hipócritas diante da morte de Mandel. Guillermo Lora, dirigente do Partido Operário Revolucionário na Bolívia e um dos adversários ferrenhos do pablismo-mandelismo, explica assim: "Mandel, um dos seus teóricos (refere-se ao Secretariado Unificado) acreditou descobrir primeiro em Mao e depois Castro a existência de trotskistas instintivos ou inconscientes". Essa errônea qualificação mostra como Mandel se impregnou do pablismo, arrastando-o consigo até a morte.

Para clarear a crítica ao revisionismo de Mandel, continuamos a citação de Lora no livro "História das IV Internacionais", ou seja, a crítica referente à capitulação de Mandel frente ao castrismo e ao foquismo, que se desenvolveu na década de 70 na América Latina. Eis a citação: "A Tricontinental foi considerada uma nova Internacional, ignorando deliberadamente que o POR boliviano - membro de CODEP - não pôde ingressar em seu congresso constituinte em Havana. No seu 9º Congresso, depois de descobrir que no mundo capitalista as massas estudantis eram a nova vanguarda (1968), adotou como linha política o foquismo, mudando assim de conteúdo de classe para descolocar-se para o campo da burguesia".

Mandel nunca se auto-criticou na essência política pequeno-burguesa do foquismo e de aproximação com o estalinismo. Eis porque frente à desagregação do estalinismo na União Soviética considerou positiva a idéia da Glasnost (democratização) de Gorbachev, ainda que criticasse o outro lado da medalha, a Perestroika (restauração capitalista). É nessa linha que o mandelismo assume posições social-democratas expressas no conceito de "socialismo democrático". Em sua essência o revisionismo do trotskismo é a negação aos princípios fundamentais do marxismo e da estratégia da revolução e ditadura proletárias.

No Brasil, a corrente do SU, Democracia Socialista, é uma caricatura do trotskismo. Na realidade, se constitui em uma variante de esquerda social-democrática, profundamente vinculada a ala direita reformista do PT e à burocracia sindical. Assumiu plenamente a estratégia do governo democrático e popular e a via pacífica para se chegar ao socialismo. Está aí a herança pablista, que conduz as teses estalinistas e destas ao reformismo social-democrata. É necessário assinalar que essa corrente mandelista trabalhou pela expulsão do PT de outras correntes que se reivindicam do trotskismo. Finalmente, é preciso dizer que os mandelistas-pablistas renunciaram abertamente a defesa das conquistas da Revolução Russa e dos princípios da revolução política.



60 anos do POR boliviano: uma história que se confunde com a evolução política das massas

O aniversário de fundação do POR ocorre ao mesmo tempo em que se potencia a luta de classes no país. O recente ascenso das massas oprimidas no país, que desembocou na greve geral e no Estado de Sítio, levou à polarização política entre o governo entreguista (pró-imperialista) de Goni e o POR trotskista. O enfraquecimento do governo, a radicalização das lutas, o apoio e até a incorporação de setores das forças repressivas à luta das massas e a elevação do POR apontam para a perspectiva insurrecional.

O movimento começou em março com a greve geral de professores urbanos e rurais de La Paz, sob direção do POR, contra a reforma educativa, parte das três leis malditas (neoliberais). Ganhou rapidamente o apoio das massas. juntou-se aos movimentos de cocaleros (camponeses plantadores de coca). Ultrapassou o controle da burocracia sindical, colocando a greve geral a partir das votações nos cabildos abertos nas regiões, e depois impôs a greve geral nacional. A generalização do movimento foi a materialização da política do POR, que desde o início defendeu a luta nacional de massa para por abaixo o plano neoliberal. Logo o movimento adquiriu um caráter antigovernamental, sítio o governo, que foi obrigado a declarar o estado de sítio e prender as lideranças, principalmente os dirigentes poristas de professores.

Apesar da traição da direção da COB, os trabalhadores bolivianos prosseguiram sua luta

O acordo fechado en-

tre a direção da COB e o governo, no fim de abril, não conseguiu deter a mobilização das massas. No acordo mediado pela Igreja, os burocratas vendidos assumiram a suspensão da greve geral no país em troca da libertação dos sindicalistas presos. O governo não suspendeu o Estado de Sítio e manteve presos os dirigentes da Federação de Professores de La Paz Vilma Plata, Gonzalo Soruco, e Jose Luiz Alvarez. A finalidade do acordo era utilizá-lo para conter a ação direta das massas, que nas cidades, em greve, se enfrentavam com a repressão e, no campo, ocupavam as estradas para impedir a ação do governo de destruir as plantações de coca.

A iniciativa fracassou. Os professores, no dia seguinte, aprovaram em assembléia a continuidade da greve. O Estado de Sítio, ditado por um governo frágil, não conseguiu dissipar as massas mobilizadas. Os cocaleros continuaram suas marchas no interior do país. Os professores se organizaram na clandestinidade. A resistência ao estado de sítio rapidamente se organizou em todo o país. Rapidamente, o movimento foi assumindo um caráter de luta pela libertação dos presos. A pressão das massas, desacatando as restrições do estado de sítio, impôs a liberdade das lideranças.

O POR é apontado como responsável

Na imprensa burguesa, os membros do governo procuram justificar o estado de sítio. Na televisão, o governo colocou uma propaganda mostrando Vilma Plata "agredindo" com uma concha de sopa um policial, que estava armado e com escudo. Dizia o narrador: "é esse o tipo de professora que você quer para seus filhos?". Ministros do MNR dizem nos jornais que o estado de sítio era uma necessidade diante da alternativa que se colocava: um governo do MNR ou um governo trotskista. O governador do estado e La Paz garantiu pessoalmente que Guillermo Lora poderia comparecer a um debate no rádio com ele e não seria preso. A burguesia tem apontado os trotskistas como responsáveis pela convulsão social no país.

O POR se fortalece

Ao longo da história do país, o POR foi-se construindo como um partido revolucionário baseado num programa marxista-leninista-trotskista. A construção desse programa se deu na ação do partido junto às massas bolivianas,

que realizaram feitos impressionantes, e foram se politizando, interagindo com o partido revolucionário, durante a história. A aprovação pelo Congresso da Federação dos Mineiros das Teses de Pulacayo em 1946, a Revolução de 1952, a Assembléia Popular de 1971 e as recentes mobilizações mostram a evolução política do movimento de massas boliviano. Nesse processo, destaca-se a atuação do POR trotskista, que formulou as Teses de Pulacayo, dando expressão política consciente às tendências instintivas dos explorados; que disputou a direção da revolução de 1952 com o MNR, quando as massas ainda não haviam perdido as ilusões com o nacionalismo burguês, que se apresentava como antiimperialista; que teve atuação destacada na constituição e no desenvolvimento da Assembléia Popular em 1971; que tem defendido a luta antiimperialista nesses últimos anos de aplicação das reformas neoliberais.

Ao longo da história, os explorados bolivianos foram assimilando a política revolucionária e fazendo a experiência com o nacionalismo e reformismo. As correntes e partidos foram se dissolvendo ou passando para posições burguesas e pró-imperialistas. O POR ficou sozinho e hoje polariza a situação com o governo entreguista do MNR.

A mobilização de professores, que encabeçou o conflito social, contou com a presença do proletariado através de seu partido, o POR. Assim esse setor social, de classe média arruinada, pôde expressar a política do proletariado, opondo-se radicalmente ao governo e à reforma neoliberal.

Por isso, é absurda a idéia de alguns governistas de que seriam alguns trotskistas, que manipulam os professores, os responsáveis pela convulsão social. Trata-se de um processo histórico de radicalização e politização do movimento de massas, no qual tem papel fundamental a estruturação de um partido-programa que tem por objetivo a revolução e ditadura proletárias.

O POR tem sua razão de ser na perspectiva da revolução e ditadura proletárias. Em nível mundial, com sua inédita história de 60 anos como partido revolucionário, jogou um papel fundamental na formação da cultura e consciência política das massas do país. Sua realização estará na consumação da revolução que abra caminho para acabar com a opressão nacional e exploração de classe.

